

# **Governo quer surrupiar salário e aposentadoria NO DIA 15, DIGA NÃO!**

A hora é da unidade dos servidores públicos federais contra os ataques do governo. Salário e aposentadoria estão sob a mira do três poderes. O Executivo quer a todo o custo aprovar o Fundo de Previdência Complementar (Funpresp) e o PLP 549, de congelamento salarial. Parte expressiva do Legislativo, no caso do Funpresp, votou contra os servidores. E o Judiciário? Este cada vez mais amarra o Direito de Greve, considerando quase tudo serviço essencial e punindo as paralisações com desconto de salário.

Quando se fala em salário e aposentadoria, se mexe com cuidados com a saúde e com a certeza de receber vencimento de valor condizente com as necessidades de cada um depois de sair da ativa. Mas isso pode deixar de ser garantia. Por isso não podemos ficar parados.

Quem já está no serviço público há muitos anos, quem entrou depois da Reforma da Previdência, em 2003, e quem entrou há pouco tempo precisa estar alerta: direitos estão sendo atropelados. Há saída? Sim, a saída que os trabalhadores sabem encontrar: a luta. E agora temos que ter energia para continuar a luta pelo PCS, mas por muito mais. Caso contrário, só nos restará o menos.

Nesta quinta-feira, dia 15, servidores públicos vão às ruas, e não só eles. O Ato Unificado terá a

participação de servidores do INSS, Ministério da Saúde, ANVISA, UFSC, IFSC, IBGE, Eletricistas e da base do Sintrafesc, trabalhadores no Serviço Público Federal de categorias que atuam em órgãos como Funai, Ibama e Incra. O MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens, também participará do Ato, assim como o Sinte, Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado.

O MAB está com os Eletricistas contra a privatização da Celesc na jornada nacional de lutas, que acontece em diversas capitais, de 13 a 15 de março. As ações inserem-se no contexto do dia internacional de luta contra as barragens, pelos rios, pela água e pela vida, celebrado mundialmente no dia 14 de março.

As entidades sindicais representantes dos servidores públicos federais estão organizando a campanha unificada conforme deliberação do Fórum Nacional. Centrais como Condsef, CUT, CSP-Conlutas e Intersindical também estão com representações no Fórum. Com as ameaças do governo de retirar direitos, a hora é de irmos juntos à luta. **Esperamos você nesta quinta-feira!** Nós, do Judiciário Federal, vamos estar nessa jornada dos trabalhadores pela garantia de salário, aposentadoria e vida digna.

**AVISO:** os servidores da Justiça do Trabalho e Eleitoral devem se encontrar às 14h30 na frente de seus prédios para irmos até o Ato. Os servidores da Federal que forem participar do Ato podem ligar para (48)3222-4668 para que o Sindicato garanta a locomoção de ida e volta.

# Audiência irá debater projeto de lei que cria os fundos privados de aposentadoria

O projeto de lei que cria os fundos complementares para as aposentadorias dos servidores públicos federais será debatido em audiência pública no Senado Federal. O pedido de audiência foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, na quarta-feira, dia 7, a pedido do senador Paulo Paim (PT-RS).

A audiência será no dia 19, na semana posterior aos atos do dia 15, quinta, que irão ocorrer em todo o país e que têm a defesa da rejeição do projeto como um dos pontos centrais.

## Desembargador que mandou cortar salário dos grevistas concorre a vaga no TST

O desembargador do trabalho Gilmar Cavaliere, ex-presidente do TRT-SC, vai disputar uma vaga no TST. Foi ele que mandou descontar os dias parados da última Greve da categoria, apesar dos servidores terem cumprido as liminares do STJ quanto a funcionamento mínimo nas unidades em Greve e ter negociado durante todo o tempo da paralisação.

A atitude reproduziu o que fez o TST sob a presidência de João Oreste Dalazen na mesma ocasião. A indicação de Cavaliere deverá passar pelas mãos do mesmo Dalazen antes de submeter-se à caneta da Presidente da República.

A julgar pelos ataques às Greves e direitos e à política do atual governo em relação aos servidores públicos o candidato tem grandes chances de subir.

O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados como PL 1992/2007 e agora tramita no Senado, em regime de urgência constitucional, como PLC 2/2012 (Projeto de Lei da Câmara). O senador José Pimentel (PT-CE), ex-ministro da Previdência Social no governo Lula, foi designado relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, onde ela tramitará simultaneamente com as Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos.

## Audiência pública discute direito à moradia e criminalização dos movimentos sociais

No dia 22 de janeiro, quando 1.600 famílias foram expulsas brutalmente do Pinheirinho, em São José dos Campos/SP, constituindo-se até então numa das maiores ocupações urbanas da América Latina, mais um capítulo foi escrito na história do nosso país, demonstrando que a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais não é coisa do passado e fica cada vez mais intensa.

Por isso o Comitê Florianópolis em Solidariedade ao Pinheirinho e em Defesa da Moradia participa de Audiência Pública no dia 16 de março, sexta-feira, às 15 horas, no Plenarinho da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, que debaterá a Criminalização dos Movimentos Sociais em Santa Catarina e no Brasil e a questão urbana em Florianópolis. O SINTRAJUSC faz parte do Comitê.

## 15 DE MARÇO, QUINTA

**Ato em Florianópolis, na Praça Pereira Oliveira, ao lado do Teatro Álvaro de Carvalho. Início às 11 horas. Ato às 15 horas, com caminhada até o Ticen e panfletagem e esclarecimentos à população até às 17 horas**

